



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - VIOLÊNCIA URBANA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1666/09	DATA: 01/10/2009
INÍCIO: 09h55min	TÉRMINO: 11h30min	DURAÇÃO: 01h36min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h36min	PÁGINAS: 36	QUARTOS: 19

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RENATO SÉRGIO LIMA – Secretário-Geral do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

SUMÁRIO: Debate sobre a necessidade de implementação de uma Política Nacional de Segurança Pública estabelecendo diretrizes inovadoras, além de reordenar as responsabilidades da União, Estados e Municípios.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.  
Há intervenção fora do microfone. Inaudível.  
Há palavras ininteligíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Campos) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a violência urbana.

Tendo sido distribuída a cópia da ata da 8ª reunião a todos os Srs. Deputados presentes, indago se há necessidade de leitura da mesma.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Peço a dispensa, Presidente,

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Campos) - Dispensada a leitura da ata.

Os que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Esta reunião tem por finalidade debater com o Sr. Renato Sérgio de Lima, Secretário-Geral do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a necessidade de implementação de uma Política Nacional de Segurança Pública estabelecendo diretrizes inovadoras, além de reordenar as responsabilidades da União, Estados e Municípios.

Em nome de todos, agradeço aos convidados pela presença. O Dr. Renato já está aqui conosco.

Esclareço que, ao final, os Parlamentares, nos termos regimentais, terão um tempo de 5 minutos para perguntas, dispondo o interpelado de igual tempo para a resposta, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Solicito aos Parlamentares que queiram participar de debates com o convidado que façam suas inscrições junto à Secretaria.

Esclareço ao senhor expositor que a reunião está sendo gravada para posterior transcrição e, por isso, solicito que fale sempre ao microfone.

Esclareço também que o expositor não poderá ser interpelado durante a exposição.

Passo a palavra ao Dr. Renato Sérgio Lima, Secretário-Geral do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - Obrigado, Deputado.

Queria, em primeiro lugar, agradecer o convite aos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Violência Urbana, o Presidente, Deputado Alexandre Silveira, os Vice-Presidentes Raul Jungmann, João Campos, Vanessa Grazziotin e o Relator, Paulo Pimenta.



Na verdade, a minha proposta aqui para se ter o diálogo hoje é menos fazer uma exposição que poderia, talvez, ser extensa e, às vezes, cansativa em relação à publicação do anuário, que é um conjunto muito grande, mas explicar, em primeiro lugar, o que é o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, e, em segundo lugar, apresentar o anuário para, a partir daí, levantar alguns pontos importantes em relação não só à temática da segurança pública, mas à temática da gestão da segurança pública, que é bastante importante. Então, eu pretendo, de alguma forma, passar por esses 3 pontos.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

De forma muito rápida, até para dar contexto, o Fórum, enquanto personalidade jurídica, é uma OSIP, mas foi criado em 2006, a partir de uma constatação muito importante de que muito do que se fala e do que se pensa sobre segurança pública no País, muitas vezes, inclusive com os mesmos termos, não é compreendido de igual forma pelos diferentes segmentos que atuam na área. Policiais, guardas municipais, pesquisadores acadêmicos, representantes da sociedade civil em toda a complexidade, do que podemos chamar de sociedade civil, às vezes, até pronunciam as mesmas palavras, mas os seus significados são diferentes para cada um desses segmentos.

Então, qual era o grande diagnóstico em 2006, num processo de debate grande em relação ao que durou todo 2005 e 2006? Que nós, na verdade, precisaríamos expor para conversar. Então, a primeira aposta nossa era fazer pontes e traduções entre diferentes segmentos.

Em primeiro lugar, se a gente quer avançar na discussão de segurança pública, a gente precisa trazer dirigentes políticos, gestores, profissionais da segurança pública, profissionais que pensam a segurança pública, enquanto objeto de investigação científica, que são os pesquisadores, e a sociedade civil em torno desse debate.

A partir daí, a gente começou a desenhar o que acabou virando uma OSIP, mas que, na verdade, acabou virando um fórum. Ele nasce como um fórum de diálogo e hoje conta com, em termos da sua gestão, cerca de 63 associados, todos com um perfil bastante sênior de ex-comandantes gerais, alguns comandantes gerais na ativa, hoje, delegados, secretários de segurança ou de defesa social, de



administração penitenciária, pesquisadores bastante titulados e representantes de entidades. É uma instituição que, na sua origem, é de indivíduos; não é de outras instituições. Mas esses indivíduos, na sua maioria, são dirigentes de boa parte das entidades que pensam a segurança pública hoje no Brasil. Nós temos cerca de 4 mil, quase 5 mil filiados que são, na sua enorme maioria, policiais que dialogam uma série de projetos do fórum.

Bem, Deputado, deixando muito claro essa marca do fórum de debate de diálogo, a gente, ao longo desses 3 anos, foi criando uma série de projetos. E eu destaco alguns que, de alguma forma, se mostram mais significativos para o debate aqui hoje. O primeiro é o encontro anual, que já estamos caminhando para o quarto. O primeiro aconteceu em Belo Horizonte, em 2006; o segundo, em Recife, em 2007 este ano aconteceu em Vitória e, no próximo ano, acontecerá em São Paulo. De 2007 para 2009, de 350 pessoas pulou para mil pessoas. E a previsão é que chegará a 1.500 pessoas. Isso é porque a gente tem que limitar espaços. Mas, na verdade, é assim: todos querendo discutir como é que é pensar e fazer segurança pública de forma qualificada, democrática e tecnicamente eficiente. Acho que esse é o grande debate.

O encontro marca, então, um espaço muito dedicado ao profissional da segurança mais do que qualquer questão. Nós temos um outro projeto importante, que também tem se mostrado bastante significativo, que é o projeto que, de alguma forma, nos permite pensar a política: o anuário, que hoje eu trago aqui com alguns dados para a gente refletir.

O que é o anuário, que, de alguma forma, vale a pena destacar de forma bastante enfática? O anuário não se pretende um projeto inovador em relação a produzir dados novos. Pelo contrário, produz dados novos, mas uma aposta importante, e muito importante, é que o Brasil hoje já reúne um conjunto de informações produzidas pelos órgãos públicos, que mais do que problemas de qualidade que existem — e que eu vou tratar mais adiante — a gente tem também uma discussão sobre compilar e dar transparência.

Eu, originalmente, sou funcionário público de uma instituição de estatística estadual, o IBGE Estadual de São Paulo, e entre nós, entre os vários ditados profissionais que existem de corporações, tem uma máxima, que é assim: o melhor



dado é o dado público, porque a publicidade melhora tecnicamente o dado, porque se ficar na gaveta nunca melhora. Então, isso é uma questão que, de alguma, forma dá um norte da publicação do anuário, que é a compilação, a compilação responsável identificando os limites, as lacunas, não considerando o número uma descrição exata da realidade, mas questionando a sua qualidade e, eventualmente, sugerindo o aperfeiçoamento.

Dessa forma, a gente começa a pensar, de alguma forma, a avaliar a política pública. Então, o anuário tem, na verdade, 2 finalidades: uma, dotar as políticas de segurança pública da União, dos Estados e dos Municípios, fomentar o debate da transparência, do *accountability*, que é um termo que, de alguma forma, não tem tradução, mas pode ser visto como o debate de atribuir responsabilidades nos sentidos positivos e na plenitude da responsabilidade, ou seja, quem está fazendo direito reconhecer que está fazendo de alguma forma um bom trabalho, quem tem limites, por que tem limites, se é um problema só de dinheiro ou é um problema técnico, tecnológico, se é político. Mas, nada melhor do que a publicidade.

E um debate importante em relação, que é derivado desse, à transparência, é que o anuário quer trabalhar com algumas dimensões. Não basta apenas trabalhar como dado sobre, por exemplo, criminalidade. Pensar segurança pública, em muito, significa pensar criminalidade, mas também tem outras dimensões que merecem ser destacadas. E uma delas, que nós destacamos desde o início do anuário, é exatamente a dimensão das finanças públicas, dos orçamentos públicos gastos, porque, por exemplo, quando a gente pretende responder a uma pergunta que nos persegue: quanto precisamos gastar na segurança pública no País? A gente quase sempre vai dizer: muito, 100 milhões, 90 bilhões, 90 bilhões de reais, que são algumas estimativas de um estudo do economista Daniel Cerqueira, do IPEA. Só que: será que a gente poderia gastar esse dinheiro de forma mais eficiente?: Será que esse dinheiro, de alguma forma, pode ser melhor alocado, planejado, estabelecendo-se metas, pensando exatamente como é que a gente ganha eficiência e, como eu sempre destaco, eficiência democrática, fazendo com que as instituições de segurança pública não sejam vistas como inimigas da população e, sim, parceiras? E exatamente esse debate de dizer: Olha — talvez, e muitas vezes, fazer polícia num Estado, como o Acre, é completamente diferente do que fazer



polícia num Estado como São Paulo: será que a estrutura de custos tem que ser a mesma? Será que a quantidade de efetivos tem que ser a mesma?

Então, eu acho que, quando a gente começa a pensar a partir de uma discussão financeira, vem à tona uma série de outras questões que o fórum, nesse caso, não quer respondê-las. Seria muita presunção da parte do fórum ter respostas prontas para tudo isso. Mas provocar esse debate a gente acha que, sim, é um papel nosso. Na verdade, tem uma série de pessoas capacitadas para, aqui, responder e, às vezes, defender posições. Mas colocar essa pauta, de alguma forma discutir a transparência e a discussão sobre eficiência democrática na segurança pública, essa é uma das bandeiras que o fórum levanta.

Uma característica importante que a gente precisa dizer em relação a nossa atuação, exatamente por sermos compostos por indivíduos que, em sua maioria, ou são ou foram ou de alguma forma são líderes nas suas instituições, é que temos uma representação política importante e, na sua atuação política, o fórum não se manifesta, por exemplo, sobre a maioria penal, sobre questões políticas. O que nós queremos fazer enquanto instituição? Esse é um desafio para mim, Renato, que estou na função de Secretário, porque eu tenho que fazer um exercício de me calar quando eu estou falando institucionalmente e não me posicionar. O posicionamento cabe ao Legislativo, cabe aos indivíduos que compõem o fórum. Mas o que importa para o fórum é trazer a discussão; se é a favor ou contra é outra questão. O importante é trazer a discussão e é um pouco isso o que a gente faz com o anuário.

O anuário, já está na sua terceira edição. E já passando para uma discussão, ele tem um formato onde nós investimos de forma permanente na construção de uma série histórica de informações. E, aí, logo de cara, uma análise que eu sei que muitas vezes destoa de alguns dirigentes e eu respeito a posição de alguns dirigentes, porque, na verdade, é muito difícil. Eu já ocupei função em que um dado errado, muitas vezes, compromete todo um esforço de trabalho e, às vezes, provoca um redirecionamento de algo que estava sendo conduzido adequadamente. Mas, na verdade, o que nós temos é uma decisão de trabalhar com a publicação dos dados criminais do Brasil.

Esses dados — e aí eu peço para colocar no mapa das páginas 18 e 19, por favor —, na verdade, o primeiro ponto para o qual eu gostaria de chamar a atenção



é que no Brasil, nos últimos 12 anos — então, conversando com o Deputado Paulo Pimenta um pouquinho antes da sessão —, um dos objetivos colocados é uma avaliação desde a Constituição de 88. Uma primeira resposta a essa questão é a seguinte: o Brasil não conta com bases estatísticas para responder às questões de forma nacional e padronizada, desde 1988.

Com exceção dos dados da saúde que atendem a uma dimensão do fenômeno e que não podem ser vistos como a solução para todas as questões da violência e da criminalidade, os dados começam a realmente ter algum tipo de qualidade ou representatividade a partir do final dos anos 90, começo dos anos 2000. Então, de alguma forma, você tem um esforço grande em relação a essa produção. Porém, o que acontece hoje no País?

Pegando os dados de homicídio e comparando, o Fórum fez questão de separar em 2 grupos de informação: Estados que possuem sistemas tecnicamente confiáveis, investimentos históricos na produção de estatísticas, investimento e uso da estatística para planejamento. Nós temos, com isso, 12 Estados; 12 Estados do País onde é possível fazer análises, alguns com mais tempo, outros com menos tempo. Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais são Estados em que você consegue fazer análises. Por exemplo, no caso de São Paulo, desde 1997 para cá, para todo o Estado. Mas você tem um conjunto de 15 outros Estados — na verdade 14 Estados, mas 15 porque o Distrito Federal está no conjunto das 12 Unidades — em que você não pode usar a estatística divulgada como descrição da realidade, porque ela está revelando mais lacunas da produção, processos de trabalho; revela mais a forma como as instituições policiais lidam com a informação do que propriamente com a realidade.

No caso dos Estados considerados com qualidade satisfatória dos dados, nós temos algumas questões que já são, de alguma forma, conhecidas, porque a gente está trabalhando com homicídios e, pelo que eu soube, o mapa da violência foi exposto aqui e não há grandes diferenças.

Esse é um ponto importante na discussão sobre qualidade do dado, porque muitas vezes a gente considera: a saúde tem bons dados, a segurança não tem bons dados. Isso, diria, é uma meia verdade. Se a gente quer monitorar mortes, na perspectiva da violência, o dado da saúde de fato é um bom dado para alguns



Estados, porque em alguns outros o dado também tem sub-registros, há uma série de problemas. A primeira pergunta que a gente, na verdade, quer provocar é a seguinte. Para que serve o dado? Quem o produz? E, de alguma forma, com qual finalidade ele foi construído?

Hoje, o sistema de segurança pública do País, pelo menos estas 12 Unidades da Federação já dispõe de sistemas que, muitas vezes, são de melhor qualidade do que o próprio dado da saúde. Por que melhor qualidade? Porque está discutindo segurança pública e não violência. Acho que essa é uma questão importante, conceitual. Parece uma questão simples, mas, na verdade, o que a gente quer saber, por exemplo, não é só homicídio.

É importante saber também os demais crimes, porque junto com homicídio nós temos uma série de outros crimes e, como também conhecemos, já não é nenhuma novidade, além da questão da redução da criminalidade, você tem que investir forte na construção de políticas que pensem como a população se sente mais segura. Medo não necessariamente corresponde a taxas de homicídio. Então, como você investe nisso.

Nesse caso, a gente criou uma metodologia em que os em branco são os Estados que não têm qualidade satisfatória de informação e vamos discutir a informação. A gente percebe onde os crimes estão caindo, em alguns lugares. São Paulo é hoje o caso mais conhecido do País, mas Minas Gerais também tem um comportamento importante.

Aqui, uma ressalva. No Rio de Janeiro, a informação usada — por isso, tem que tomar muito cuidado em relação a como a gente usa o dado —, a informação fornecida correspondia a vítimas e não a ocorrências e, com isso, ele apareceu como crescimento, mas, na verdade, o número absoluto cai. Então...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Pode explicar melhor qual é a diferença entre vítimas e ocorrências?

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - Essa é uma questão bastante relevante porque em geral a polícia historicamente contava ocorrências, quantos boletins de ocorrência de determinado crime. A partir de uma série de demandas, passou a contar número de vítimas, também número de vítimas de homicídios. Só que, na grande maioria das estatísticas públicas disponíveis, o número é de boletins de





ocorrência, não de número de vítimas. Essa relação vai ser maior ou menor a depender de uma variável importante, que são as chacinas, que são os crimes que têm mais de uma vítima. Mas, em geral, a distância entre essas duas não é muito grande. Por quê? Não é porque: “Ah, a polícia quer esconder”? Muitas das demandas, muitas das pressões que já foram feitas foram nesse sentido. Historicamente, eu diria que a gente não pode destacar uma possibilidade de sempre..., mas eu levantaria uma outra hipótese. Eu levantaria a hipótese de que usar a ocorrência na verdade tem tudo a ver com o que vai ser feito do trabalho, que é a questão de que o boletim de ocorrência vai gerar um inquérito, que, por sua vez, vai gerar um processo criminal, se tiver condições de virar processo e, a partir daí, você vai trabalhar na lógica jurídica.

Então, quando a gente pensa, de novo, na discussão entre saúde e segurança pública, a lógica da segurança pública faz com que a gente conte ocorrências e não vítimas. É importante colocar vítimas? É e muitos dos Estados já passaram a fazer isso, mas não na perspectiva de um tratamento jurídico e mais na perspectiva de um tratamento como identificação de autores, de uma série de fenômenos.

O número de vítimas no Rio de Janeiro foi usado aqui por um engano de fonte, mas no fundo todos os outros Estados correspondiam à ocorrência. Por isso gerou essa diferença.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - Sim, mas em relação às estatísticas do próprio Rio de Janeiro não há diferença, porque o Rio de Janeiro sempre computou vítimas.

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - Ele tem as duas estatísticas. O senhor, como Secretário...

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - Pois é, na minha época se computava, se não me engano, pelo número de vítimas.

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - São divulgados os dois pelo ISP.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - Agora.

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - Eu não posso lembrar como era na sua época, mas os dois dados são divulgados...



**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - Porque o crescimento aqui é exponencial.

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - ... de vítimas e aí, sim, indica um fenômeno de que os crimes estão sendo cometidos de forma... com mais de uma vítima.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - Mas o que eu quero dizer é o seguinte: eu não estou comparando o Rio com os outros; eu estou comparando o Rio com ele mesmo.

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - Rio com ele mesmo.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - Se o Rio comparado com ele mesmo continua computando o número de vítimas, o que demonstra o seu relatório é que, na verdade, ao contrário do que eles anunciam no Rio de Janeiro, não houve uma redução e sim um aumento.

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - Não, não. Aí é que é. Como eu estou dizendo que houve um erro, o dado desse ano foi considerado vítima; dos anos anteriores, são ocorrências. Aí gera esse crescimento só com relação ao Rio de Janeiro, porque a gente recuperou ocorrência. Por quê? E aí eu acho que até para destacar...

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - Mas o senhor está aqui... Em 2007, o senhor tem 5.504.

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - Isso são ocorrências ou são vítimas?

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - Dois mil e sete são ocorrências; em 2008 é que foi considerado o número de vítimas, quando, na verdade, deveria ser considerado o número de ocorrências.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - E de onde vocês tiraram essa... Porque a minha dúvida é a seguinte: o dado que é encaminhado ou o dado que é pesquisado é o mesmo, ou seja, lhe informaram num ano vítimas e no outro ano ocorrências, ou os senhores foram buscar num dado ocorrência e no outro dado vítima?

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - O que aconteceu foi — isso até é importante destacar — que todos os dados, nós utilizamos uma única fonte, que é o sistema de



informações de justiça e segurança da SENASP, a Secretaria Nacional de Segurança Pública. Daqui a pouco eu até falo um pouco sobre a constituição do sistema. Mas o que aconteceu? O ISP encaminhou um ofício para a SENASP com os dois dados, e o Fórum teve acesso a esses dados, porque existe uma parceria com a SENASP, e fez uma inversão. E aí, inclusive, a gente já fez uma errata na versão que está sendo impressa e na versão do *site*, considerando isso. Por quê? Porque o sistema estatístico nacional não considera vítima, considera ocorrência e, a partir disso, o Rio, que sempre optou por considerar vítima, tem que padronizar para poder ser comparado com os demais Estados.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - Mas, engraçado, ele vai ter que... Ele vai padronizar em prejuízo do número de vítimas? Ele vai padronizar por boletim de ocorrência, é isso?

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - O que acontece desde 2001... Os dados já foram fornecidos pela SENASP têm as duas informações. Para efeito de planejamento da SENASP, a opção foi usar a ocorrência, porque é informação comparável com os outros Estados.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - Mas é um dado falso. É um dado falso. Tem tantas ocorrências de homicídio, isso não quer dizer que tenham tantos homicídios. Eu acho que o que nós temos que avaliar são os homicídios.

**O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA** - Com licença. O debate é importante...

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - Não, podemos conversar. Eu ... não é uma palestra que (*ininteligível*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Campos) - É que nós não começamos o debate ainda, não é? Mas eu estou sendo generoso.

Diga, por favor.

**O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA** - Para contribuir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Campos) - Eu sei.

**O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA** - Nós discutimos muito isso principalmente a partir de 1999 em São Paulo. São Paulo é um caso muito forte de queda de homicídios, embora, no tempo recente, nos últimos 2 trimestres, tenha havido espantosamente uma reversão nessa curva e aumento do número de homicídios, principalmente no interior do Estado, afetando o resultado, o que é um



dado extremamente negativo. Mas, nas minhas participações no comando do policiamento da Zona Norte, em 2001 e 2002, e no Comando de Policiamento Metropolitano, em 2003 e 2004, havia vários debates, e nós trabalhamos muito harmonicamente com a Polícia Civil naquele período ali, exatamente com um dos focos de análise dessa questão dos homicídios, porque o caso de São Paulo é um caso de sucesso, porque a Polícia parou de considerar o homicídio como algo secundário e passou a tratá-lo como efetivamente o que ele é, como uma manifestação do efeito do crime organizado. E, a partir daí, o combate promoveu a redução dos índices de criminalidade, além das outras políticas públicas que contribuíram. Mas havia problemas relacionados exatamente a como fazer análise dos dados, pelos fatos ou pelo número de vítimas.

No INFOCRIM, o Sistema de Informações Criminais da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, o que se verifica é o número de fatos, ou seja, fato ou homicídio doloso frequentemente envolvendo mais do que uma vítima. No entanto, o dado número de vítimas, eu sempre discuti, sempre fui uma voz até um pouco discordante, no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, sempre afirmei que deveria ser tratado paralelamente. Os 2 dados deveriam ser apresentados.

É importante saber o número de casos, porque o número de casos fotografa bem a atividade criminal. É uma atividade criminal que se traduz em várias vítimas, mas foi uma atividade criminal, uma chacina, por exemplo. Mas é importante também saber o número de vítimas, entre outras coisas, para que esses dados não colidam com os dados do sistema de saúde, porque o sistema de saúde trata pelo número de vítimas. E aí vem aquele embate: *“Não, esse dado não é confiável, porque vem da área de segurança pública.”* E não é isso. Então, é importante tratar dos 2 dados e discuti-los no âmbito das necessidades.

Agora, com relação a dados deprimidos no âmbito policial, não havia dados deprimidos com relação ao registro em si, mas havia alguns problemas relacionados com o fato de que certos casos eram mencionados no boletim de ocorrência, por exemplo, meu caro Deputado Itagiba, como morte a esclarecer — morte a esclarecer. Mas, no próprio campo, o policial de campo tinha dados evidentes de que aquilo era um homicídio.



Então, nesse ponto, houve alguns embates também, naquela época, e foram bem resolvidos, porque, já no ano de 2004, praticamente essa prática havia desaparecido. Eu espero que ela tenha chegado a zero agora. Infelizmente, eu estou já há alguns anos na reserva e não posso afirmar. Espero que ela tenha chegado a zero. Melhoramos bastante em 2004 porque nós fomos acabando com essa conversa mole de “morte a esclarecer”, quando era evidente que o corpo lá no chão tinha 8 pontacos, tinha uma perfuração de arma de fogo na cabeça.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Deputado, por aquele trabalho que foi apresentado semana passada, o mapa da violência, se não estou enganado, em São Paulo, em torno de 10% das mortes são classificadas como esse aí, sem causa definida. E o Rio de Janeiro, que historicamente tinha também uma taxa em torno de 10%, de 2007 para 2008, surpreendentemente pulou para 21%. E esses 21% do Rio de Janeiro fizeram com que ocorresse uma redução. Então, cresceu, dobrou o número de casos no Rio de Janeiro, mais do que dobrou, sem causa definida. E, no mapa, aparece como uma redução, uma a cada 5 mortes no Rio de Janeiro não tem causa definida.

**O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA** - Isso é extremamente preocupante, extremamente grave. E evidentemente que vai colidir com o dado saúde, porque o dado saúde, com a necropsia, vai mostrar lá que o indivíduo foi morto porque foi atingido por um projétil de arma de fogo. Foi morto porque atingido por 10 pontacos. Então, o dado saúde acaba discrepando, causa problemas na análise, causa problemas de credibilidade na análise, e eu esperava que isso tivesse sido reduzido a zero, porque os debates em São Paulo foram muito fortes, e nós tínhamos praticamente eliminado o problema no ano de 2004.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Campos) - Bom, quero agradecer as contribuições, mas vamos permitir a palavra ao expositor e fazer o debate ao final, até porque acho que essa questão do Rio de Janeiro deve ter sido um ledor engano.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Nós temos que nos desculpar, Renato, pela...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Campos) - Um ledor engano no Rio de Janeiro... (*Risos.*) Um ledor engano lá no Rio de Janeiro.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Mas vai aí senão não começa.



**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - Enganos ocorrem e má-fé também. Então, precisamos saber se é má-fé ou se é engano.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Campos) - O.k. Com a palavra o nosso expositor, Dr. Renato.

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - Eu acho esse debate extremamente importante, porque é exatamente aí que a gente constrói os argumentos para descobrir se são enganos ou má fé. Então, no fundo, eu diria que o Sistema de Segurança Pública no Brasil sempre trabalhou, como disse o Deputado, com fatos. Lidar com vítimas é, sim, importante.

O caso do Rio de Janeiro é um exemplo grande de que sempre foi investido na contagem de vítimas. Na padronização nacional, não foi esse o critério, mesmo que... Então, acho que uma questão importante é talvez fomentar que seja feito os 2, lado a lado, porque mais do que até uma forma de descobrir — e isso a gente juntou aqui nos dados depois na publicação que ficou aqui dá para a gente detalhar —, se a gente quer investigar o fenômeno morte violenta, crimes letais, não adianta só chamar homicídio ou ocorrência de homicídio, porque, para a saúde, uma morte, um homicídio, na verdade, uma morte por agres, como disse (*ininteligível*) aqui, diz muito mais.

Para a segurança pública pode ser um latrocínio, pode ser um homicídio, pode ser uma lesão corporal seguida de morte, pode ser uma série de categorias jurídicas. Então, quando a gente quer comparar os 2 dados, a gente precisa exatamente comparar todas as categorias jurídicas que geram crimes que acabam provocando resultados morte, com as estatísticas de morte e agressão. A gente não pode tomar só o homicídio, porque senão você acaba gerando uma distorção.

O que tem sido feito na área em relação a pensar qualidade? Colocar os 2 lado a lado. Eles nunca vão ser iguais. O número de vítimas da saúde é um número, o número de vítimas, mesmo de vítimas da segurança, é outro, e eventualmente de fato. O importante é que eles não estejam caminhando por tendências discrepantes. Se eles estão caminhando na mesma tendência, eles indicam que estão descrevendo, cada um conforme a sua metodologia e cada um conforme o seu objetivo, um pouco da realidade.



São Paulo, de fato, nós temos por volta de 10% de casos subnotificados. Agora, por exemplo, se a gente pega com os dados da saúde, a curva do Estado de São Paulo é exatamente a mesma em relação, usando os dados da saúde e usando os dados da segurança. E, mais do que isso, se a gente eventualmente coloca, desconsidera esses 10% na redução, em vez de 70%, a queda seria de 47%. Mesmo assim, a gente continua em queda.

Há, então, uma questão importante: quando a gente vai analisar os dados, é sempre contextualizar quem os produz, quais os objetivos e, no caso específico da segurança pública, não comparar somente uma ocorrência; comparar sempre aquele conjunto de casos que resultam em morte com os casos da saúde. Senão, a gente sempre fica nesse debate de que o dado da saúde é melhor. O dado da saúde é bom para aquilo que foi construído. Agora, se a gente faz o discurso de que o dado da saúde sempre é melhor, aí é uma questão importante que é, as instituições de segurança pública se veem: *“Ah, para que eu vou produzir se sempre o meu está ruim?”* Essa é uma questão. *“Para que eu vou investir, porque sempre vou levar pancada do outro?”*

Ou seja, a gente tem de discutir também como priorizar e qualificar a produção do dado das instituições. Isso não é porque é polícia. Qualquer instituição, pública ou privada, agiria dessa forma. Faz parte da lógica das corporações. Se tem um dado dizendo que eu estou sempre errado, por que...

Então, a gente também tem que pensar um outro lado, que é o fortalecimento do sistemas de informação da área de segurança pública. Por quê? Para planejamento, eu quero saber o número de vítimas, mas eu também posso querer saber o número de casos, porque, por exemplo, sistemas, como o Deputado disse, do INFOCRIM, ou do INFOPOL, em Pernambuco, ou Delegacia Legal, no Rio, ou vários sistemas que já existem hoje no País.

Muitas vezes, para planejamento operacional, a questão que importa é saber perfil de vítimas, mas, por outras vezes, é pensar quantidade de fatos, para saber exatamente — e fatos quantas vezes quantas chacinas aconteceram. Então, nesse sentido, a qualificação do dado é fundamental.

E o que trazemos aqui é exatamente isso: primeiro, temos 12 Unidades da Federação que a gente pode dizer que os sistemas são bons em registrar fatos —



então, já numa ressalva importante:, alguns desses têm dados sobre vítimas — São Paulo, Rio, Pernambuco, que de cabeça lembro que eles têm dados sobre vítimas —, mas não são os dados enviados para a Secretaria Nacional de Segurança Pública porque a Secretaria padronizou a partir de ocorrências. Então, essa é uma questão já para efeito. Por quê? Qual é a grande finalidade que o sistema nacional tem? Ele existe desde 2003, na verdade ele foi criado, na sua origem, em 1995, depois foi implementado, em termos tecnológicos, a partir de 2003. Ele é um sistema que foi construído para pensar, inclusive, a alocação de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. Então, a opção foi de uma quantidade do dinheiro do fundo ser destinado a partir de um critério objetivo, que era a quantidade de ocorrências criminais. A gente pode dizer se é melhor ou não, mas a questão é que foi padronizado um critério, que era este.

Na constituição desse sistema, hoje, o País... Foi desenvolvido um sistema e ele está em todos os Estados e no Distrito Federal — 12, como eu disse —, fornecendo informações de qualidade. Outros têm problemas. Você, por exemplo, tem problemas onde algumas delegacias, em alguns Estados, não são informatizadas e não dá para fornecer o dado. Outras informações, por exemplo, o caso, numa conversa bastante franca que tive com o Secretário Sá Cavalcante, que preside o Colégio de Secretários de Segurança e é o Secretário de Segurança do Amazonas, ele foi muito sincero em dizer: *“Eu estou investindo muito esforço em melhorar o dado”* — e já melhorou, de fato é um dado bom para Manaus; mas quando eu quero computar o Amazonas como um todo, meu dado, não consigo descrever, não posso comparar; eu consigo comparar Manaus. Agora, quando vou produzir dado de, por exemplo, todo o Estado, como uma delegacia que fica numa cidade muitas vezes a milhares de quilômetros vai me mandar a informação? Então, essa é uma questão a ser pensada quando a gente quer pensar em informação: como você institui isso, como você padroniza.

Por que estou discutindo isso, que é importante? Porque é um dos grandes debates, além do que o dado representa e do que o dado pode indicar, muitas vezes os Secretários de Segurança, os Secretários de Defesa Social protestam quando divulgam dado porque disse: “Olha, eu comprei um sistema, eu treinei pessoal, eu produzo um dado, eu computo dado de, por exemplo, mortes em ações policiais





juntos, e o outro Estado que não comprou, não computa essas mortes, ele vai ficar menor do que eu no *ranking* e eu é que vou sair prejudicado na imprensa.” Ele tem razão. Então, quando a gente compara 12 Estados é porque a gente pode dizer: esses Estados são comparáveis; quando a gente compara essas unidades, a gente pode dizer: essas unidades são comparáveis entre si. E os nossos dados, inclusive, mostraram aqueles Estados que computam, por exemplo, as mortes em ação policial, ou em confronto com a polícia, ou envolvendo polícia ou mortes de policiais, a gente começou a computar: Rio de Janeiro não soma no total de homicídios, São Paulo também não, mas Espírito Santo soma. A gente foi mostrando isso, porque se essa é uma informação relevante, a gente tem que somar para dizer quem está em primeiro ou quem não está. Porque, senão, o argumento que os Secretários utilizam é verdadeiro. Quem investe em bons sistemas sai prejudicado em relação a quem... É melhor deixar tudo guardado.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Quando a gente identifica 15 Estados, a gente está identificando, por exemplo, que esses 15 Estados ou têm bons sistemas, como eu disse, para Manaus, no caso de Manaus, para suas Capitais e não têm bons sistemas para o interior, ou vice-versa, mas você tem uma agenda de trabalho muito grande. Então, digamos, os Secretários, as Polícias precisam de alguma forma investir de forma bastante significativa na constituição de sistemas de segurança.

Caso bastante emblemático: a Assembleia Legislativa do Ceará pediu uma audiência pública, dia 8 provavelmente, para que a gente apresente os dados do Ceará, exatamente na perspectiva de dizer: quais são as questões do Ceará? O que esse número revela? Porque quando a gente começa a trazer o dado a público, como eu estava dizendo no início, a gente começa a dizer: é problema de dinheiro? Os Deputados têm condições de pensar a questão do orçamento. É problema político? É possível avaliar.

Então, quando a gente traz o dado, tal como estou fazendo aqui — na verdade estou descrevendo alguns problemas, mas quando o dado está disponível — as questões de fundo começam a ser refletidas, e aí você tem a capacidade de poder decidir. Se a opção for “não, não quero divulgar”, está dentro do raio de autonomia do dirigente, mas sabendo que ele não mais vai ser uma opção, ponto e



ponto, ele vai ser pressionado. Então, é uma questão, para nós, muito importante em relação a isso.

Hoje, o Brasil tem um sistema nacional que conta com dados de fatos com a qualidade de 12 Unidades da Federação, outras 15 precisam investir na melhoria dessa qualidade. Qualidade, o que estou chamando aqui? Cobertura, dar conta de 100% do Estado, que o registro corresponda àquilo que de alguma forma aconteceu e que tem condições, por exemplo, de rastrear casos como esse que foi levantado — se é vítima, se é fato, quero saber quantos crimes letais consigo somar, todos, para comparar com a saúde, ou seja, esse tipo de informação. Isso significa o quê? Que a informação precisa fazer parte do planejamento tático e operacional das instituições de segurança, não mais apenas a experiência.

Eu ajudei a construir — eu particularmente, não, o Fórum — o Renato ajudou a construir o INFOCRIM, em 1998, 1999, em São Paulo. E uma das grandes discussões era isso. A estatística, muitas vezes, incomoda. Incomoda por quê? Porque ela, na verdade, desconstrói certezas que muitas vezes são construídas no cotidiano e não quer dizer que sejam de má fé, ao contrário, são certezas que a gente constrói no cotidiano e quando a vê, não é bem assim.

Então, na verdade, a gente precisa criar — eu diria que isso já vem acontecendo, não é possível dizer que não acontece —, mas acho que a gente precisa consolidar uma cultura de uso da informação e de transparência da informação nas organizações de polícia. Isso significa o quê? De novo, que bom que temos dados de fontes complementares; que bom que a gente tem, por exemplo, os dados da saúde. Mas, se as instituições de segurança pública não produzirem seus dados — e para isso fazer um esforço como foi feito em Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, de compatibilização de áreas, quase todo o País foi chamado das AISP's, mas em outras áreas não têm nome, São Paulo mesmo não tem o nome Áreas Integradas, foi feito, mas não tem o nome áreas integradas — como você investe na integração da gestão da segurança pública entre as duas polícias? Você, na verdade, consegue — aí, sim — já puxar para outro assunto, para caminharmos para o debate, que é da eficiência da gestão. Aí a gente começa a levantar hipóteses em relação a exatamente uma série de questões: a forma que a gente faz pode ser juridicamente perfeita, ela pode ser, em termos de cultura



organizacional, aquela que a gente sempre fez, mas ela é a mais eficiente em termos de tranquilidade da população e de democracia? É a pergunta que a gente se faz. Na verdade, essas perguntas — e aí com toda tranquilidade — cabe a quem? Cabe aos dirigentes, aos responsáveis pelas políticas de segurança, porque as ações policiais cabem às polícias. Há uma distinção importante entre polícia é uma coisa, política de segurança é outra.

Política de segurança engloba, em grande parte, a ação policial, mas não é só polícia. Inclusive, tencionar com a publicidade desses dados é uma forma de fazer política de segurança que não depende só das polícias. Acho que é uma questão importante que a gente sempre chama a atenção, e chama a atenção porque tem a ver também até para a saúde não achar — e isso não é nenhuma contrariedade, ao contrário, são enormes parceiros: “Ah, o dado é o melhor”. O dado é o melhor para computar violência, para você fazer estudo epidemiológico. Mas para eventualmente avaliar a criminalidade, talvez a fonte seja outra — ou para avaliar custos. No caso, o Fórum fez uma opção — e aí eu vou chamar, por exemplo, a importância da divulgação, de usar os balanços publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional. Os balanços estaduais estão disponíveis na página da STN, na maior parte das Secretarias de Fazenda dos Estados; ou seja, não é uma informação que não está disponível. E a gente foi lá, tabulou e colocou lado a lado com os dados de criminalidade, que é uma forma de exatamente chamar este debate, ou seja, não é um dado que a gente diria inédito. Porém, o ineditismo se dá na comparação. E na comparação de dizer que o País gasta, de 2005 a 2008 — vem gastando, em 2008 — a gente chegou a quase 40 bilhões de reais. Isso sem incluir municípios, só Estados e União.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - Custeio também?

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - É, custeio. Função segurança pública.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - O mapa da página 21.

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - Eu tinha falado o mapa... da página 30.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Aqui aparece policiamento e defesa civil, informação e inteligência.

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - Esses são os gráficos.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Não, eu digo... mas a...



**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - O mapa da página 30 faz um pouco essa...

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - É custeio e investimento, é isso?

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - Custeio e investimento. Estados, Distrito Federal e União. Municípios não têm a obrigatoriedade constitucional de lançar despesas na função segurança pública. Municípios não têm a obrigatoriedade de lançar despesas na função segurança pública. Então, alguns o fazem, mas não há a obrigatoriedade. Então, é possível prever uma subestimação grande aí. Então, aqui, por exemplo: nós temos, 2005, um total de 22 bilhões em reais de despesas (*ininteligível*) 27, 30 e 33. Os dados vão crescendo em relação a isso quando a gente abre por função.

Uma questão importante que esses dados mostram: quando a gente começa a olhar gastos de função, a gente revela um pouco o que os dirigentes estão fazendo. Vamos pegar a União. Aliás, o percentual de Estados e Municípios tem crescido por volta de 13% desde esse período — 2006 para 2007, 2005 para 2006, 2006/2007, 2007/2008, por volta de 12%, 13%. Esse é um percentual constante. Descontada a inflação, a gente percebe que tem sido feito um investimento crescente na área, sim. Então, acho que essa é uma primeira informação. Quando a gente pega o dado da União, a gente percebe assim: teoricamente, no debate sobre segurança pública — e aqui a Casa tem vários especialistas que podem corroborar ou não essa afirmação que eu vou fazer, que é a seguinte —, um bom exemplo de um gasto do que a gente pode considerar um bom gasto é aquele feito em informação e aquele feito em inteligência. No caso da União, desde a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública, os dados disponíveis aqui de 2005 vem crescendo nessas 2 áreas, e em 2008, cai. Em 2008, esse dado cai. Por quê? Se a gente for olhar, cresce em policiamento. Eu tenho uma hipótese — eu não posso dizer que é isso o que acontece —, mas assim de um maior protagonismo da Força Nacional de Segurança Pública.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Esse gráfico não me permite esse raciocínio.

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - É que esses são dados abertos. Esse mapa que eu queria mostrar... Depois eu localizo o gráfico exatamente.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Perfeito.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Campos) - Dr. Renato, 5 minutos para concluir.

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - Eu diria que uma hipótese possível é de um maior protagonismo da Força. A União assumiu um papel importante. E o que eu queria chamar como problema não é dizer que é melhor ou pior, não é isso. Como eu disse, a gente não está avaliando isso.

O que eu estou dizendo é o seguinte: quando a União chama para si a criação de uma Força Nacional de Segurança Pública, isso tem um custo, que, na nossa análise dos dados como um todo, tem um reflexo aqui na estrutura de gastos. Se essa estrutura é adequada, é algo que os senhores precisam discutir e não o Fórum. Mas o que a gente está trazendo é uma informação aqui. Então, eu não estou chamando a atenção para algo, a princípio, positivo ou negativo. Eu estou chamando a atenção para um fenômeno que aconteceu. Então, o que dá para eu chamar atenção em termos de gasto é: a União cresceu bastante o investimento, e aqui não inclui os dados do PRONASCI — isso é importante destacar, porque a execução do PRONASCI foi no final de 2008.

Então, só neste ano os dados vão aparecer, 2009, eu acho que o impacto do PRONASCI. Isso aqui ainda é Fundo Nacional e Fundo Penitenciário Nacional. Cresce o investimento, crescem os investimentos dos Estados, e o mapa vai revelar que cresce acima da média; ou seja, por mais que digamos respeitadas as capacidades de investimento de cada Estado, chama a atenção o crescimento nas Regiões Norte e Centro-Oeste. Os Estados tomaram para si um fenômeno, destacando uma questão importante que é: a violência, sim, interioriza em relação ao País, como algumas evidências e várias notícias. Então, se de fato a violência cresceu num patamar, é uma outra questão, mas os Estados dessas Regiões sentiram a necessidade de incrementar seus gastos na área — isso aqui está demonstrado. E, de alguma forma tem, São Paulo, com uma média ponderada, por exemplo, está caindo. Mas quando a gente considera São Paulo, a gente está falando de um orçamento de 8 bilhões. Nominalmente, esse crescimento sobe — o valor nominal sobe o orçamento. O que cai é quando você compara em relação aos outros. Então, cai um pouquinho o investimento, quando você pega em termos



proporcionais ao orçamento público, quando você pega em relação ao total do orçamento.

O que é relevante? São exatamente duas questões: qual a prioridade que cada Estado está dando à sua área? E essa prioridade tem que ser pensada a partir da capacidade de investimento de cada Estado, da prioridade de investimento em relação às outras áreas, que também são demandas — então, eu acho que isso é fundamental — e, mais do que isso, como é que Estados, Distrito Federal e União e agora Municípios — que a gente está fazendo um esforço para ter esses dados a partir deste ano — podem, de alguma forma, pensar o que seria um bom ou um mau gasto? Porque tomando como exemplo os gastos das universidades brasileiras e também sem querer entrar em avaliação de mérito, boa parte dos orçamentos das universidades é gasta com folha de pagamento. O mesmo ocorre aqui: boa parte dos investimentos, dos gastos, são feitos... Num exemplo claro, o que aconteceu? Santa Catarina, por algum motivo que o Governo do Estado não informou, mudou o critério no ano passado. Foi o único Estado que resolveu pegar todas as despesas com folha de pagamento e jogar nas despesas de administração, deixar apenas custeio nas despesas de segurança pública. Significou uma redução de 80 e poucos por cento. A imprensa local lá foi em cima do Governo, a gente explicou que não era uma redução de investimento, significava só uma transferência contábil. Mas o que é importante destacar: por que foi feita essa opção? Isso dá maior controle de gestão, ou, ao contrário, não permite a comparação? Acho que são essas questões.

Então, de algum modo, eu acho que a mensagem que eu gostaria de trazer para esta discussão é a seguinte: para a gente definir quanto o Brasil precisa gastar para conseguir reduzir criminalidade, reduzir criminalidade com grande ênfase violenta, e, mais do que isso, ter instituições policiais eficientes — e aí eu de novo friso bastante: eficientes em termos democráticos, que é fazer aquilo que a sociedade gostaria que ela fizesse, esse é um outro debate que a gente tem feito sobre definição do mandato das polícias; ou seja, o que a polícia precisa fazer? Polícia Civil é Polícia Judiciária? Então, o que ela tem que fazer? Porque, muitas vezes, e isso é um debate importante com os nossos associados policiais, que é exatamente tentar identificar o que dá, o que pode, o que não pode ser feito. Porque, se de um lado existe uma forte crítica por comportamentos considerados



equivocados e muitas vezes violentos da polícia — e eu diria que em vários momentos com razão essa crítica —, por outro lado, a gente também tem que considerar que as polícias, às vezes, agem dentro de um marco normativo que é exatamente não ter clareza sobre o que a sociedade espera delas, qual é exatamente o papel que as polícias têm.

Quando a gente vai pensar na política de segurança pública, deve exatamente pensar qual o mandato das polícias, para que, inclusive, o policial se sinta seguro da atividade que está fazendo. Não é apenas o lado da crítica, mas é o lado de conformidade, de caracterização de como você atua. Isso passa por alocação de recursos, pela discussão do papel em relação à política e também passa por valorização profissional e por definição clara dos objetivos e dos mandatos policiais.

Sei que não foi uma palestra com começo, meio e fim, mas acho que vale a pena para o debate.

Quero agradecer. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Campos) - Passemos ao debate.

Com palavra o nobre Relator Deputado Paulo Pimenta.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Em primeiro lugar, Dr. Renato, deu para o senhor perceber que esta é uma Comissão que tem uma característica um pouco diferente das demais Comissões de Inquérito; é uma Comissão que tem conseguido fazer um trabalho bastante técnico. Acho que a gente tem conseguido avançar bastante na compreensão, e o trabalho de vocês, quero desde já registrar a importância dele e convidá-los para construir conosco esse esforço de reflexão sobre o tema da segurança que estamos tentando fazer.

Acho que o Congresso Nacional pode cumprir um papel importante este ano, reunindo exatamente todos esses estudos com a experiência prática dos Parlamentares que estão aqui. Vejo que está aqui o Delegado de Polícia, o Secretário de Segurança, o Comandante de Policiamento, o Delegado da Polícia Federal.

Na realidade, o Relator é o que menos sabe da coisa, é o que mais está tentando aprender.



Eu queria que, antes de fazer minha pergunta, V.Sa. mostrasse para nós, mesmo que superficialmente, essa análise que vocês fizeram, a relação de investimento e taxa de homicídios, crescimento da violência. Esse dado é inédito e me chamou bastante atenção. Eu gostaria que pudesse explicar para nós qual o raciocínio que fizeram para chegar a esses números. *(Pausa.)*

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - Bom, o que nós fizemos? Na verdade, é aquilo que é possível fazer no momento. Acho que é a prova da discussão. Se a gente pegar as despesas 2007/2008 — a gente avaliou se elas estavam crescendo em relação a um ano ao outro, que é esse crescimento nessa primeira coluna —, as taxas de homicídio dos 2 anos e se estavam crescendo ou diminuindo. Então, a associação que nós estamos fazendo e provocando o debate é a seguinte:...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Esses números são do Ministério da Saúde, das ocorrências, ou do SENASP?

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - Esses números de homicídios... O gráfico mostra que são os dados da SENASP. Com os dados da SENASP, considerando isso, a gente pega, por exemplo, o Distrito Federal. Até o ano passado, quando essa análise foi feita, essa correlação era mais direta. Esse ano, o Distrito Federal é um bom exemplo disso. O Distrito Federal aumentou o seu orçamento, na área, em quase 81%, 80,5% dos investimentos. Os homicídios, no sentido contrário, mesmo assim cresceram 10% — 9,8. Até o ano passado, em todos os Estados que tinham aumentado o investimento os homicídios tinham caído. Esse ano, começou a ter alguns problemas — aliás, o crescimento foi muito significativo no Distrito Federal em termos de crescimento de investimentos. Então, essa análise, Deputado, ela tem que ser matizada, porque a relação...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - O que V.Sa. chama de investimento é a despesa total da área?

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - Total, despesa total, não só custeio também. Então, por exemplo, a gente percebe: o Espírito Santo, com uma redução de cerca de 4,8% — isso é uma coincidência, não existe uma relação tão direta; os homicídios cresceram 4,8%; Goiás, caiu 5,3, cresceu quase 11%; Mato Grosso cresceram 63% os gastos e caem os homicídios em 13%. A maior queda de homicídios foi em Minas Gerais, 22,5%, e o orçamento cresceu 16%.





Então, eu acho que a relação existe, mas essa diferença é interessante para chamar atenção. Não basta apenas gastar, não basta apenas colocar mais dinheiro; é preciso colocar dinheiro dentro de uma política, com planejamento, de gestão da segurança pública. Por que o que está acontecendo? Se a gente simplesmente coloca mais dinheiro, por essas evidências aqui não significa que a criminalidade, aqui, no caso, o homicídio, vai cair. Então, se a gente pensar o que seria uma política, tem que começar como é feito o planejamento da área de investigação de homicídios; como é que você pensa se existe ou não condições de elucidação de perícias —uma série de ações específicas.

Então, a questão que fica aqui é se existe uma relação — segundo alguns testes que nós fizemos, essas evidências mostram, mas ela não é uma evidência, assim, basta eu colocar dinheiro. Preciso, na verdade, pensar exatamente onde e como gastar. Não sei se....

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Não. Entendi, entendi.

Esse grupo de cima é aquele grupo de Estados que tem uma estatística mais apurada, digamos assim?

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - E esse grupo de baixo é o grupo em que vocês têm mais dificuldades de trabalhar com os números, em função da não existência de mecanismos específicos, estatísticos do próprio Estado, correto?

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - Correto.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Santa Catarina tem aquela distorção relativa à questão de ter tirado a despesa com pessoal da segurança e jogado toda para a administração. É isso?

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - Exatamente. Santa Catarina tem essa distorção.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Por isso deu aquela distorção de 84,4.

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - Mas, como Santa Catarina cresceu e a gente... Porque, na prática, a explicação é essa.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Sim. Sei que o dado de Santa Catarina não pode ser comparado, digamos assim...



**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - É. Exatamente, porque ele fez esse critério, inclusive em favor...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Ele tirou a despesa de pessoal e lançou tudo na administração.

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - Isso. Que a gente chamou ali naquela nota 3, que a gente está dizendo ali na...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Aqueles 169 significam o investimento na segurança fora o pessoal em Santa Catarina. É isso?

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - Exatamente. A queda de 83 ali na verdade, não é que é Santa Catarina.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Por esse gráfico de vocês, o Estado do Rio Grande do Sul, entre os que têm estatística, foi o que mais reduziu investimento em segurança pública?

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - Em termos do Rio Grande do Sul, reduziu menos 10... É, exatamente. Pelo dado, foi o Estado que mais reduziu gastos.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Com segurança pública?

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - Com segurança.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Campos) - Pergunto: esses valores aí são só do orçamento do Estado ou estão incluídas as transferências da União?

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - No caso, se as transferências foram computadas pelos Estados na função segurança, elas estão incluídas.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - É pelo balancete, não é?

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - Pelo balancete. Então, depende muito da regra do contador do Estado.

**O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA** - Esse dado é orçado ou executado efetivamente?

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - Executado. É um dado executado. Então, de fato, o Rio Grande do Sul revela isso. Por exemplo, agora, uma coisa também que é interessante, que eu chamava a atenção, que não basta dinheiro. Vamos pegar o caso de São Paulo: subiu de 7,6 bilhões para quase 9 bilhões — um crescimento de quase 18% —, e a redução dos homicídios foi de 8. Ou seja, não é só uma questão de “Ah, eu vou pôr muito dinheiro”; é sempre também de pensar



qual é a capacidade. E, só para chamar a atenção, inclusive do que o Deputado tinha falado, é o momento. Por exemplo, em São Paulo têm caído as taxas, e deu um repique este ano, porque, acho — e aí é uma hipótese minha, Renato —, a gente chegou a um patamar no Estado de São Paulo que, para reduzir mais, o que estava sendo feito já não era suficiente. Precisa ser feito muito mais. Ou seja, em termos de fenômenos e estatísticas, você chega a um piso, e esse piso só é quebrado. Depois, digamos, o esforço tem que ser muito maior, não basta aquilo que estava sendo feito. Então, a gente... acho que chegamos a uma realidade onde o esforço tem que ser muito maior.

**O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA** - Tem que renovar...

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - Renovar, mudar a forma de trabalho. E a pergunta é: esse esforço se justifica? Não se justifica, mas, enfim, é uma outra questão.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Gostaria de fazer alguma pergunta?  
(Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Campos) - Com a palavra o Deputado Paes de Lira.

**O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA** - Bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ilustres presentes, ilustre palestrante, nós estamos me parece que, nesse estudo, voltando à temática dos efeitos. Nós estamos basicamente verificando o que é que se faz em termos de segurança pública — investimentos em segurança pública, os dados criminais da segurança pública, o planejamento de segurança pública e informações criminais para o combate a um fenômeno — e focando o estudo essencialmente nos homicídios dolosos.

Tudo isso é extremamente importante. Não vejo como uma organização policial atualmente possa sequer pretender combater o fenômeno da criminalidade se ela não basear os seus esforços exatamente nos dados criminais devidamente territorializados e se esses dados não estiverem disponíveis aos administradores policiais — Polícia Civil e Polícia Militar — *on-line*, em tempo real, que é o que propicia, apenas para exemplificar, porque conheço bem o sistema de informações criminais do Estado de São Paulo, o INFOCRIM, de cuja elaboração participou o Dr. Renato.



Não é possível pensar nisso. E não é possível imaginar-se um administrador policial que seja refratário a isso. Se ele for refratário, se ele se recusar a ter a sua atuação medida, contabilizada em termos de resultados criminais, ele está realmente fora do tempo, ele está vencido pelo tempo, ultrapassado pelo tempo, e já não tem mais papel social. Essa é que é a verdade.

Nós temos mudado isso bastante. E se pode mudar muito mais, eu penso, direcionando o investimento, especialmente o investimento federal, para o financiamento de sistemas como esse. E mais: adotando uma conduta mais homogênea com relação às formas de medir o fenômeno criminal, a fim de que todos possam falar uma linguagem se não igual, muito padronizada, pelo menos muito similar.

Esse tipo de investimento é extremamente importante, assim como todo investimento em segurança pública é importante. E nós dizíamos há algum tempo que segurança pública é atividade cara, e o investimento sempre se justifica. Um outro investimento que não aparece aí muito estratificado é investimento nos recursos humanos de segurança pública. Não adianta só investir em equipamentos, em viaturas, em comunicação, em coletes balísticos, em armas, principalmente em inteligência, que é fundamental, se não houver um tratamento digno daquele que é o operador do sistema, daquele que corre um grave risco de vida todo dia na defesa da sociedade. Isso é algo que nós precisamos insistir em dizer para todo o Brasil, para toda a sociedade.

Essa questão é muito séria em muitos Estados. São Paulo, por exemplo, é um terço do PIB, da riqueza nacional; outro dia era 40% do PIB; felizmente, essa distribuição do PIB está melhorando no País, mas São Paulo ainda responde por um terço da riqueza nacional e é a segunda pior escala salarial do País. Isso me parece bastante estranho e completamente injustificável sob o ponto de vista de direcionamento de recursos. Hoje, nós temos Sergipe, que outro dia olhávamos como um Estado muito pobre, tendo a segunda escala salarial do País, só perde para a escala salarial do Distrito Federal. Eu não estou mencionando aqui os salários da Polícia Federal, que são completamente diferenciados em relação ao universo policial.



O tratamento dos dados criminais, por uma forma mais homogênea, mais padronizada, vai eliminar esse fenômeno da submodificação — eu tenho certeza absoluta disso. Mas, por outro lado, deve haver uma determinação muito forte dos gestores policiais, da Secretaria de Segurança Pública, dos Governadores dos Estados para acabar com esses registros incertos do tipo “morte a esclarecer”, porque a verdade é que, na quase totalidade dos casos, o agente policial em campo, muito particularmente o policial militar, que toma o conhecimento geralmente do fato, pode perfeitamente caracterizar mediante o seu relatório que se trata de um homicídio. E quando isso não acontecer, ao levar o fato à delegacia de polícia, é perfeitamente possível caracterizar pela atividade pericial imediata que se trata de um homicídio e evitar o registro de um dado que pode ser atacado como um dado, muito mais do que de baixa qualidade, inescrupuloso. E isso danifica seriamente a reputação das instituições policiais.

E o processamento desses dados é extremamente importante, porque a organização policial não vai se importar com o dado, se ele vai ser um pouco diferente em relação à saúde. Ela deve importar, sim, se aquele dado serve ao combate ao crime, serve ao planejamento, serve à observação instantânea por parte do delegado de polícia, do oficial de Polícia Militar em relação à realidade policial, à realidade criminal de sua área. É para isso que ele serve e é para isso que serve o INFOCRIM e outros sistemas desse tipo.

Agora, voltando ao caso de São Paulo: por que teria havido esse aumento do número de homicídios, já que se esgotou a capacidade do Estado de reduzir os índices de criminalidade? Mas nós estamos focando em homicídios dolosos. Eu não penso que ela tenha se esgotado, eu penso que possa ter havido algo relacionado com a gestão do sistema.

Nós tivemos, por exemplo, recentemente, uma desavença entre a Polícia Militar e a Polícia Civil no Estado de São Paulo, uma desavença importante, relacionada com questões salariais até, em que a Polícia Militar efetuou o seu papel de preservação da ordem pública e se opôs a um movimento armado de policiais civis que pretendia chegar até o Palácio dos Bandeirantes. Essa desavença pode ter propiciado a desarmonia que levou à falta de combate coordenado essa modalidade



de crime que, como eu disse, expressa muito mais o fenômeno do crime organizado do que briga de vizinho. Isso é bom que se diga com toda clareza.

Muito bem, partindo do princípio de que isso, então, pode ser corrigido rapidamente — eu acredito que seja corrigido rapidamente — a capacidade de São Paulo de reduzir esse índice não se esgotou, mas há um fator que fica claro, evidente na análise do cotidiano em nosso País, que não se esgotou, e cresce, e arrebenta com as populações jovens, que é a cooptação da juventude pobre da periferia pelo crime organizado, pelo tráfico de entorpecentes, que é o medonho pai de todos os outros medonhos crimes, como costume dizer. Esses jovens são levados pelo canto de sereia do dinheiro fácil do crime organizado para servir de carne de canhão ao crime organizado e morrer entre os 14 e os 24 anos nos embates do próprio crime e às vezes em confronto com a força policial, o que é uma coisa também altamente indesejável para o País. Nós estamos perdendo essa juventude, estamos perdendo essa juventude para as garras do crime organizado.

E é isso que produz a maioria dos homicídios dolosos. Isso é uma verdade em São Paulo, é uma verdade no Rio de Janeiro, muito manifestamente, mas é uma realidade também em outras partes do País, bastando que nós nos debrucemos um pouco sobre o problema. E isso não exige maior análise estatística. Isso exige apenas um olhar sobre a realidade social do País. É aí que entra o fato de que, por maior que seja o investimento em segurança pública, pode ser que ele não produza o resultado proporcional a ele.

Estamos, portanto, a falar da necessidade de um tipo de prevenção que pode ser mais importante do que a atuação nos efeitos, que é a atuação policial, a prevenção primária, a prevenção que deveria envolver todos os esforços da sociedade, do Estado no sentido de oferecer melhores condições a essa moçada, para que o canto de sereia a que me referi não seja tão atrativo assim.

Eu não vou falar, evidentemente, de um embate salarial no emprego formal. Não há emprego formal que possa competir com 2 mil dólares por semana, o que um jovem de 17, 18 anos, que teve ferocidade suficiente para chegar a gerente de uma boca de fumo, consegue tirar no crime organizado exatamente traficando as drogas que vão destruir famílias. Não há como competir em termos de emprego formal, mas há como competir em termos de resgate de valores.



Nós sofremos um processo de destruição de valores em algumas décadas que vai levar outros 25, 30 anos para ser recuperado. E é esse o trabalho que temos de fazer, a prevenção primária com os programas voltados para a juventude principalmente no âmbito municipal, mas também no âmbito estadual, no âmbito federal, porque hoje o âmbito federal é aquele que realmente tem o poder de financiamento, devido à inversão da pirâmide tributária. E isso é o que é essencial. Não estou fazendo poema aqui, não estou falando em apenas atuar nesse sentido. Pelo contrário, nós temos que fortalecer a mão direita do combate ao crime, do combate às causas da segurança pública, mas temos que também trabalhar na mão esquerda da prevenção na causa, na raiz, senão nós corremos o risco de passar muito tempo tentando, como dizia o meu velho Comandante Carlos Alberto de Camargo, enxugar o chão com a torneira aberta.

Essa é a minha contribuição para este debate.

Quero cumprimentar o Dr. Renato Sérgio Lima por sua exposição, que é extremamente útil, certamente, para todos os membros desta Comissão e para o Brasil, na tentativa de analisar e compreender melhor o fenômeno da violência e da criminalidade.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Campos) - Com a palavra novamente o Relator, Deputado Paulo Pimenta.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Renato, eu quero destacar que, naturalmente, o tempo era exíguo para que pudéssemos trabalhar todo o trabalho que vocês desenvolveram, mas existe um conjunto de outras informações muito importantes no anuário, que vão nos ajudar a subsidiar o nosso relatório, o nosso trabalho.

Eu já falei a V.Sa. — e vou repetir aqui — que, num determinado momento, nós queremos reunir aqui diversos especialistas e instituições para fazer um debate, inclusive sobre uma proposta de relatório, antes mesmo de ela ser submetida.

Existe uma série de coisas que esta Comissão já começa a enxergar, como essa questão da participação dos municípios. Há uma relação quase que direta entre a presença do município no investimento em políticas de inclusão e na redução dos índices de criminalidade, em especial na questão da juventude. Isso



deve nos levar à necessidade talvez de uma mudança na legislação, trazendo o município para ser parte integrante do Sistema Nacional de Segurança Pública.

Cada vez mais aqui nós avançamos numa compreensão a respeito da necessidade do financiamento, de uma definição mais clara do papel da União, do papel dos Estados, do papel dos Municípios, na medida em que vários programas são, digamos assim, os mesmos programas do PRONASCI, que não tem perenidade — o PRONASCI ia até 2012. Então, são programas que têm início, meio e fim.

Qual a preocupação que eu tenho manifestado aqui, Dr. Renato? Como não existe uma necessidade de vinculação ou de investimento mínimo em segurança no âmbito dos Estados — correto? —, essa tabela é a tabela da transferência dos recursos da União para os Estados, dos últimos anos, do Fundo de Segurança Pública. Aqui está incluído também o FUPEN, ou não? Eu acho que não. Eu não consegui achar uma tabela específica sobre o Fundo Penitenciário.

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Alcança para ele uma tabela desta aqui. Eu estou na Tabela 10, na pág. 26: Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública repassados para os Estados por meio de convênio.

**O SR. RENATO DIAS LIMA** - Só o Fundo.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Só o Fundo. Perfeito. Então retorne aonde eu estava, na pág. 26, onde eu tinha pedido para colocar.

Qual é a minha preocupação, Dr. Renato? Nós temos aí o crescimento de 2004 para 2007. Até que ponto essa transferência — coloque na pág. 26, por favor — não desobriga o Estado a investir?

Nós vemos ali, por exemplo, São Paulo, 16,7% do percentual do recurso, pelo que eu compreendi; o próprio Rio Grande do Sul tem uma participação significativa, 6,2% do total do recurso; Rio de Janeiro, 8,9%.

Não há nada que me assegure que o aumento da transferência do recurso da SENASP para o Estado signifique um aumento do investimento do Estado na área da segurança. Pelo contrário, o Rio Grande do Sul, por exemplo, aparece com um percentual relativamente alto dentro do contexto do País. Mas isso não significou um aumento, pelo contrário. Então, aumentou o recurso da SENASP e diminuiu o total.





Isso reforça a minha tese, e não só minha, mas de vários Deputados aqui, de que deverá haver uma vinculação que garanta a contrapartida do Estado, sob pena de haver uma transferência e de todo esse investimento da União não ter como reflexo, lá na ponta, o aumento total do volume de recursos na área de segurança.

Então, acho que essas análises permitem também que fique mais claro para a população e para a sociedade o porquê da necessidade desse tipo de vinculação, porque senão nós vamos aumentar aqui o Orçamento. E não obrigatoriamente o resultado disso, que vai ser, lá na ponta, para o cidadão, esse investimento possa significar alguma coisa. O senhor acha ou não que está correto esse raciocínio?

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - Começando do fim para o começo, a discussão de vinculação é bastante complexa. Mas eu acho que, na essência, no debate é muito importante exatamente dizer que, desde a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública, boa parte da capacidade de investimento dos Estados se dá por meio da transferência do Fundo. Isso é uma verdade. Alguns Estados mais, e outros menos. No caso de São Paulo, menos. Como a gente viu ali, o Orçamento de São Paulo é 8 bilhões, quase 9 bilhões. Então, digamos, boa parte desse recurso é destinada à folha.

Mas eu acho que a sua discussão em relação a não bastar apenas aumentar o papel da União, mas, enfim, estabelecer parâmetros de investimento, talvez vinculando receitas e despesas a partir de um certo — o termo é forte, não sei se mais correto, porque ele tem várias outras acepções — pacto entre os entes federados, exatamente o que cabe a cada Município, já puxando uma discussão em relação aos Municípios, aos Estados e à União, sem dúvida nenhuma, é algo que precisa de... é uma agenda a ser feita, senão, de fato, dinheiro vai ser apenas uma transferência. Não quer dizer que chega na ponta um aumento do investimento, chega na ponta alguma outra coisa.

Então, eu diria que a discussão básica é: qual é o melhor modelo de repasse? Tem, por exemplo, a área de saúde e a área de educação, que trabalham com o modelo de fundo a fundo. Mas o debate de fundo a fundo também, de alguma forma, corresponde a quê? Aos Estados terem autonomia de decidir o investimento com repasse fundo a fundo. Como é que a União poderia estabelecer critérios para padronizar? Qual é o grande papel que a União tem exercido ao longo dos últimos



10 anos na segurança pública? O dinheiro é significativo, não é pouco dinheiro. Mas, de qualquer forma, mais do que a quantidade, eu acho que esse protagonismo assumido pela União nesses últimos 10 anos, na verdade, revela um esforço muito grande de padronização, de sistematização, de estabelecer parâmetros de trabalho.

Muitas vezes, não se tinha um padrão de colete balístico. Uma polícia comprava de um jeito, outra comprava de outro. Ou seja, quando você entra com uma discussão que conecta com um debate sobre informação, informação relevante para a segurança pública, não é só a de natureza estatística, por mais que a de natureza estatística seja essencial, mas padronização, elementos mínimos de sobre quais são as melhores referências técnicas a serem adotadas.

Vindo de São Paulo, sempre brinco, sendo paulista, com toda a presunção que o Deputado sabe que nós temos lá, nossas polícias de São Paulo sempre falaram assim: *“Somos a melhor polícia do Brasil.”* Ele, como coronel, sabe dizer que isso sempre foi feito. E muito é possível que seja melhor em termos do que? A gente sabe que muitas vezes iniciativas feitas, se for pensado como maior, é verdade. Mas às vezes iniciativas de várias polícias de Estados menores, em termos de quantidade de efetivo, são muito mais criativas. Então, não é uma questão de ser melhor ou pior. Quando você integra, quando você troca, você só melhora as políticas. No fundo, é um pouco esse o exercício. Então, a gente não quer dizer que é melhor ou pior. Às vezes a gente tem a mania de paulista de dizer que sim, mas, na verdade, é mais uma questão de trocar, de tentar pensar como é que a gente constrói esse padrão. E o padrão não vai se dar, digamos, pela prática mais comum. Se fosse pela prática mais comum, seria o padrão da Polícia de São Paulo, que tem 97 mil homens hoje na Polícia Militar e 30 e poucos mil polícias civis. Mas, às vezes, num procedimento que está sendo adotado numa polícia muito menor, ela se mostra muito mais eficiente.

Então, acho que essa é uma discussão importante exatamente para inclusive tentar estimar quanto de recurso é necessário, quanto de recurso é necessário para fazer polícia na fronteira, lá em Santa Maria ou numa cidade como Recife, que são bem diferentes, porque muitas vezes esse é o debate. Como é o repasse? Então, assim, a agenda de debate, puxando pela questão da legislação, é bastante intensa,



é uma questão de legislação não só do macromodelo da segurança pública, que a Casa já debate — tem vários projetos aqui.

Na verdade, são questões pontuais. Vou dar um exemplo muito específico que de alguma forma revolucionou toda uma área, que foi a Lei n.º 9.155 — estadual, de São Paulo —, que foi a lei que criou a obrigatoriedade de as 2 polícias divulgarem estatísticas trimestrais em São Paulo, lá em 1995. Eu poderia dizer, se eu for identificar uma origem política, mais do que jurídica, que deu, digamos, revolucionou a discussão sobre acesso à informações, eu diria que foi essa lei. Muita gente chiou, muita gente disse que o bandido ia planejar onde acontece, e ela se mostrou uma grande aliada das próprias corporações, no limite. Tem defeito, tem problema, isso todo mundo tem. Mas essa legislação foi pioneira, seguida pelo Estado do Rio Grande do Sul, onde também tem essa informação; depois, o Rio de Janeiro.

Mas, no fundo, o que é? A gente associar informação padronizada, normatizada e também uma questão importante. Com vistas a quê? Com vistas à integração, porque a integração não se faz. E esse é um debate que não me cabe aqui, como eu disse. O fórum não faz defesa política, mas assim: se é uma polícia, se são duas, se são mil. Na verdade, é o seguinte: o modelo hoje existente é esse? Como é que ele pode ser mais eficiente? A partir da integração de esforços, como disse o Deputado? Eventualmente, quando há desavença, é o momento onde você não tem integração e, a princípio, a hipótese do crescimento.

Então, é relevante pensar que, quando você constrói mecanismos no plano da gestão, no plano da integração das políticas, você, de alguma forma, sim, consegue melhorar as condições de segurança pública, num destaque. Não é apenas a integração as polícias, a integração daquilo de que eu chamei a atenção, de que política de segurança pública é uma coisa, polícia é outra. A Polícia tem, como eu disse, a questão de vários eixos: valorização profissional, uso de equipamento adequado. Não adianta pensar a redução da letalidade policial se as corporações — e aí não é uma questão de legislação, é uma questão de regras internas — dão o armamento errado para o policial trabalhar. Ou seja, padronizam errado o armamento. Vocês, como profissionais, sabem muito bem: dão uma arma errada para atuar em ações erradas. Isso já aconteceu e aí..



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Campos) - Ou dão a arma certa e não capacitam o policial.

**O SR. RENATO SÉRGIO LIMA** - Não capacitam o policial. Aí fica difícil. Ou seja, esse é um problema de gestão, isso é um problema operacional, que pode ser solucionado a partir de uma série. E nisso a União tem um potencial indutor muito forte em dizer quais são os prós e contras em um determinado tipo de armamento, quais são os prós e contras, e não só quer dizer: “*Olha, tem que adotar.*” Não é isso, mas, na verdade, suprir com insumos técnicos para a tomada de decisão.

E nisso eu chamo a atenção, dando uma de paulista — desculpem (*riso*) —, ousando fazer uma sugestão importante. Talvez um dos resultados é sugerir o fortalecimento do sistema nacional de estatísticas do Governo Federal, que sobrevive. O Ministério da Justiça, corajosamente, mantém e investe. Eu já estive nesta Casa apresentando o sistema. Ou seja, em termos técnicos, ele está avançando muito, mas a questão não é técnica. A questão é política. Então, o Legislativo tem um papel fundamental de fortalecer politicamente a informação. Ou seja, a questão técnica se resolve. Tem grupo técnico, tem funcionário para fazer isso, tem uma série de coisas, e o Ministério está fazendo. Ou seja, não é apenas dizer que não está fazendo. Está. Mas a minha sugestão é que, se o Legislativo assume a importância de ter informações de qualidade para planejamento, no que diz respeito às Polícias, é planejamento do que aconteceu ontem; mas, no que diz respeito à União, talvez seja necessário uma outra camada de dados estratégicos mais gerais, não precisa ser o que aconteceu ontem.

A SENASP não precisa saber o que aconteceu ontem aqui no Distrito Federal. Para ela é importante saber o que está acontecendo na série histórica para fazer planejamento de investimento, para inclusive saber se vai priorizar a compra de armamento menos letal ou de outro equipamento. Então, para planejamento é muito importante.

Então, a minha sugestão é que o Legislativo, que em várias partes do mundo tem papel central em fomentar uma cultura de uso da informação, nesse caso específico sobre violência, se for possível, diga que é necessário que esse sistema seja assumido, porque aí deixa de ser uma questão meramente... O argumento não é técnico, o argumento é político. E sendo um argumento político, o fortalecimento, a



manifestação de um relatório como o desta CPI, na minha opinião, tem grandes chances de ajudar a construir um sistema de qualidade, porque aí entra num outro debate, que é se o dado serve ou não serve para planejamento.

Agora, na minha opinião, para encerrar a minha resposta, a gente vê com muita dificuldade um país onde a gente não consegue saber o que acontece. E não quer dizer que não estejam sendo feito esforços. Muitos Estados fazem esforços, como eu disse, 12 Estados, mas o importante é, na verdade, até ter clareza de que estão sendo feito esforços, até para depois, como os jornais tratam do caso, não comparar um Estado com qualidade ruim com um Estado de qualidade boa. E esse que tem uma boa qualidade de dado sai prejudicado. Sai prejudicado, é questionado e, no fundo, o que acontece? As polícias, muitas vezes, nem conseguem dispor de dados, ou somente têm dados internos, porque no âmbito dos dirigentes é melhor não ter informação, porque acaba gerando mais polêmica.

Então, eu acho que isso é uma questão fundamental de que a informação é uma enorme aliada na melhoria da eficiência democrática da segurança pública, senão a gente fica patinando e entrando num debate muito específico, quando ele não é específico e não é técnico, ele é político.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Campos) - Eu quero agradecer ao Dr. Renato as contribuições que ofereceu à nossa Comissão, que certamente serão muito úteis. São contribuições para aquilo que se propõe realizar esta Comissão. Além disso, agregou uma outra informação que nós não tínhamos, de como é o paulista. *(Risos.)*

Agradeço a todos que aqui comparecem.

Nós não temos *quorum* para deliberação de requerimentos. Em sendo assim, com os meus agradecimentos, nós encerramos esta sessão, convocando outra para terça-feira, com a finalidade de ouvir o Dr. Sérgio Adordo, membro do Núcleo de Estudos da Violência, da Universidade de São Paulo, e a Dra. Paula Miraglia, Diretora Executiva do ILANUD, neste plenário ou em plenário a ser definido.

Está encerrada a reunião.